



038



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0052848-3

APELANTE: Presidente da Câmara Municipal de Lagoa dos Gatos

APELADO: Carlos Antônio Soares

Advogado: dr. Reinaldo Santos de Barros

Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

*Lagoa dos Gatos
5526*

EMENTA: ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL. PRELIMINAR DE CONTINÊNCIA. REJEITADA. PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA. REJEITADA. LICENCIAMENTO DE VEREADOR SEM A OBSERVÂNCIA DAS FORMALIDADES EXPRESSAS NO REGIMENTO INTERNO DA CASA LEGISLATIVA.

1 - Não há que se falar em continência, vez que a causa de pedir desta ação é diversa da ação apontada, que tramita neste Egrégio Tribunal.

2 - Impossível declarar a incompetência de juízo em ação diversa daquela onde se perfaz o vício subjetivo.

3 - O Regimento Interno da Câmara Municipal de Lagoa dos Gatos, em seu art. 161, determina que toda matéria administrativa ou político-administrativa de competência da Câmara, terá a forma de projeto de resolução. No entanto, a própria Casa concedeu licença ao impetrante por prazo superior a 15(quinze) dias "independentemente de resolução", contrariando os termos legais.

4 - Reexame necessário improvido, prejudicado o apelo.

5 - Decisão unânime.

ACÓRDÃO

039/

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Recurso de Apelação nº 0052848-3, em que figura como apelante Presidente da Câmara municipal de Vereadores do Município de Lagoa dos Gatos e como apelado Carlos Antônio Soares.



Acordam os Desembargadores que integram a Oitava Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão de julgamento realizada no dia 08 de outubro de 2009, presidida pelo Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto, acompanhado pelo vogal Des. Francisco José dos Anjos Bandeira de Melo, à unanimidade de votos, em conhecerem do recurso acima descrito, para negar provimento ao reexame necessário, prejudicado o apelo, confirmando a sentença proferida em todos os seus termos, tudo na conformidade dos votos e do Relatório proferidos neste julgamento.

Recife, 08/10/2009.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
relator



040



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0052848-3

APELANTE: Presidente da Câmara Municipal de Lagoa dos Gatos

APELADO: Carlos Antônio Soares

Advogado: dr. Reinaldo Santos de Barros

Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de apelação interposto contra sentença que, nos autos do mandado de segurança, julgou procedente o pedido formulado na inicial, concedendo a segurança, para que o vereador Carlos Antônio Soares volte a tomar assento na Câmara Municipal de Lagoa dos Gatos porque eleito pelo povo.

O mandado de segurança teve seu trâmite regular, apresentando a autoridade indigitada coatora as informações de estilo, ressaltando que o impetrante estava licenciado por 60(sessenta) dias na forma regimental, e por realmente encontrar-se doente, e todos os atos jurídicos foram praticados dentro das normas que regem o Poder Legislativo Municipal. O ministério público opinou pela concessão da segurança, o que foi seguido pela sentença recorrida.

Inconformado com os termos da decisão, interpôs o recorrente o presente recurso de apelação alegando, em suma, a continência e incompetência do juízo, bem como, no mérito, que o apelado não possui condições físicas e psicológicas para exercer o cargo para o qual foi eleito.

Nas contrarrazões apresentadas, busca o apelado, a manutenção da sentença recorrida, pois ilegal o ato administrativo que ensejou a sua licença do Poder Legislativo Municipal.

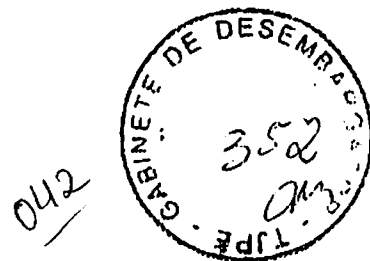
041
343
D
Remetidos os autos ao MP-PE, concluiu pelo improvimento do recurso de apelação, mantendo-se incólume a decisão recorrida.

É o relatório.

Inclua-se em pauta.

Recife, 25 de setembro de 2009.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0052848-3

APELANTE: Presidente da Câmara Municipal de Lagoa dos Gatos

APELADO: Carlos Antônio Soares

Advogado: dr. Reinaldo Santos de Barros

Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

PRELIMINAR DE CONTINÊNCIA

Suscita o apelante a preliminar de continência, pois tramita neste Egrégio Tribunal de Justiça a Ação de nº 47.927-6, razão pela qual aplica-se à espécie o art. 104, o art. 105 e art. 253 do CPC.

Não há que se falar em continência entre esta e a referida ação, pois entende-se o instituto sempre que há identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o objeto de uma, por ser mais amplo, abrange o da outra, o que não aconteceu no caso, *sub examine*, tendo em vista que as causas de pedir são diversas.

Assim, conheço e rejeito a preliminar.

É como voto.

Recife, 08/10/09

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



043



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0052848-3

APELANTE: Presidente da Câmara Municipal de Lagoa dos Gatos

APELADO: Carlos Antônio Soares

Advogado: dr. Reinaldo Santos de Barros

Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA

Suscita ainda o apelante a preliminar de incompetência do juízo *a quo* para julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade de Lei ou Ato Normativo Estadual ou Municipal, em face do disposto na alínea "I", inc. I do art. 61 da Constituição Estadual.

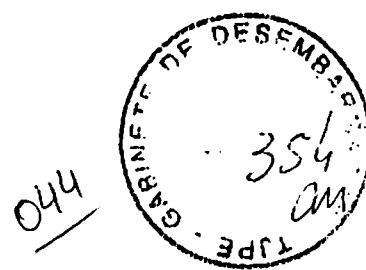
Ressalte-se que se trata a ação originária de mandado de segurança e não de Ação Direta de Inconstitucionalidade, razão pela qual impossível a declaração de incompetência de outra ação por via distinta daquela.

Assim, conheço e rejeito a preliminar.

É como voto.

Recife, 08/10/09

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0052848-3

APELANTE: Presidente da Câmara Municipal de Lagoa dos Gatos

APELADO: Carlos Antônio Soares

Advogado: dr. Reinaldo Santos de Barros

Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

VOTO DE MÉRITO

O inconformismo do apelante reside contra sentença que, nos autos do mandado de segurança, julgou procedente o pedido formulado na inicial, concedendo a segurança, para que o vereador Carlos Antônio Soares volte a tomar assento na Câmara Municipal de Lagoa dos Gatos porque eleito pelo povo.

Inicialmente, ressalto que a decisão recorrida reflete o estado da ação no momento em que foi ela proferida, pelo que foi concessiva da ordem impetrada.

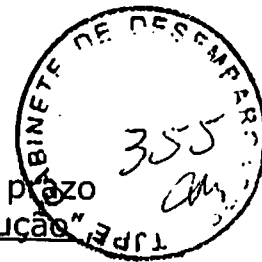
O *mandamus* cinge-se em saber se o ato administrativo concessivo da licença do impetrante é ilegal, sendo ele portador de doença mental irreversível, qual seja, esquizofrenia paranóide.

Anoto que em apresentando o impetrante histórico patológico irreversível, conforme o que observa a sentença, seria o caso de perda do mandato, obedecido o devido processo legal, incluindo-se a ampla defesa e não a cassação sumária como se deu no caso *sub examine*.

O regimento interno da Câmara Municipal de Lagoa dos Gatos, em seu art. 18, inc. XVIII, dispõe que, compete à Mesa Diretora propor projeto de resolução, dispondo sobre licença ao prefeito ou ao vereador, para afastar-se do cargo, ou ausentar-se do município, por prazo nunca inferior a 15(quinze) dias.

Além desse dispositivo, o Regimento, em seu art. 161, determina que toda matéria administrativa ou político-administrativa de competência da Câmara, terá a forma de projeto de resolução. No

entanto, a própria Câmara concedeu licença ao impetrante por prazo superior a 15(quinze) dias "independentemente de resolução" contrariando o próprio texto regimental.



Assim, restou clara a ilegalidade do ato de licença do apelado, uma vez que não houve proposição de resolução, limitando-se o apelante a justificar sua conduta pela simples ausência do seu par às sessões da Casa Legislativa.

Portanto, em face do exposto, entendendo que o magistrado à época agiu irrepreensivelmente, corroborando o entendimento lançado pelo *Parquet* nesta Câmara oficiante, nego provimento ao reexame necessário, prejudicado o apelo, mantendo-se incólume a decisão recorrida.

É como voto.

Recife, 08/10/09

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator